

CERTIFICADO DE ESTANQUEIDADE DEFERIDO: <p>DEFERE O CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE 2017-0118314-1 SQUINCRÁ 0008319000343-1 009 ELEVADORES OTIS LTDA</p> <p>CADASTRO DE EQUIPAMENTO MECANICO DE TRANSPORTE PERMANENTE DEFERIDO: DEFIRO O PEDIDO INICIAL PARA A EMISSAO DO CADASTRO DE EQUIPAMENTO MECANICO DE TRANSPORTE PERMANENTE 2017-0130152-7 SQUINCRÁ 0011437600807-1 024 ELEVADORES OTIS LTDA</p> <p>CADASTRO DE EQUIPAMENTO MECANICO DE TRANSPORTE PERMANENTE DEFERIDO: DEFIRO O PEDIDO INICIAL PARA A EMISSAO DO CADASTRO DE EQUIPAMENTO MECANICO DE TRANSPORTE PERMANENTE</p>

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANÇA DE USO

SEGUR-1

DESPACHO(S) DO DIRETOR DE DIVISÃO TÉCNICA:
00004/SEL/SEGUR-1/2017-2013-0.158.957-4-NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA,R CATALUNHA, 00284 - JAGUARE-CONFORME MANIFESTAÇÃO N. 369/CEUSO/2017 CONVALIDO O DESPACHO PUBLICADO NO DOC DE 09/09/2015.

DEPTO DE USO DO SOLO

DESPACHO
2016-0.276.369-7-CORBEAU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA ; LOCAL: Rua Miguel Yunes, 351; ASSUNTO: Dúvida sobre legislação.
PROCESSO INDEFERIDO
I-A vista da instrução procedida nos presentes autos, fica indeferido, por falta de amparo legal, a consulta formulada pelo interessado, pois se trata de pedido de esclarecimento referente a aplicabilidade do artigo 71 da Lei 16.402/16, da Lei 13.726/04, e da lei 9.334/81, essa ultima revogada pela Lei 16402/16, na qual há dúvida em relação a “fachada ativa”, melhoramento viário referente à Av. Miguel Yunes, e a obrigatoriedade de atendimento de recuo especial para a mesma, desvinculada de projeto específico submetido à apreciação dos órgãos competentes.
II) Nada mais havendo a ser tratado no presente, aguarde-se o prazo recursal de “15 dias” disposto no artigo 36 da Lei Municipal 14.141/2006
III) Arquite-se.
DESPACHO
2017-0.130.140-3- Rodnei Godoi Giroto ; LOCAL: Rua Comendador Eduardo Saccab, 204; ASSUNTO: Certidão de uso e ocupação do solo
PROCESSO INDEFERIDO
I) Considerando a Ordem Interna nº 001/2013-SMDU/G e o artigo 49 do Decreto nº 51.714/10, que dispõe que não são certificáveis “textos legais e atos normativos municipais”, indeferimos o presente processo.
Eventuais dúvidas a respeito da legislação de uso e ocupação do solo poderão ser dirimidas acessando o site: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx e no atendimento ao público de SMUL
II) Nada mais havendo a ser tratado no presente, aguarde-se o prazo recursal de “15 dias” disposto no artigo 36 da Lei Municipal 14.141/2006
III) Arquite-se.

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2017-2-158

COORDENADORIA DE REGULARIZACAO FUNDIARIA
ENDEREÇO: RUA SAO BENTO, 405 09 ANDAR SALA 94
PROCESSOS DA UNIDADE SEHAB/CRF-G
2013-0.063.440-1 ANA MARIA PEDROSO
DEFERIDO

A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES DESTES PROCESSO, EM ESPECIAL DA MANIFESTACAO DA EQUIPE DE REGULARIZACAO FUNDIARIA DE POS TITULACAO ,A FL. 23, DEFIRO COM FUNDAMENTO NO ART. 19 CAPUT, DO DECRETO N. 49.498, DE 16 DE MAIO DE 2008, E NO ART. 7 DO DECRETO N. 54.213, DE 14 DE AGOSTO DE 2013, A TRANSFERENCIA DO TERMO ADMINISTRATIVO DE CONCESSAO DE DIREITO REAL USO PARA FINS DE MORADIA EM FAVOR DE ANA MARIA PEDROSO DO IMOVEL SITO NA RUA CORONEL JULIAO DE MOURA NEGRAO, N 32 LOTE N 018101008/001 DA AREA DENOMINADA ESPERANCA/ CIDADE DA CRIANCA, OUTORGADO INICIALMENTE A VALDECI GOMES DA SILVA.

2014-0.222.161-0 ARGENOR JOSE DA SILVA
DEFERIDO
A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES DESTES PROCESSO, EM ESPECIAL DA MANIFESTACAO DA EQUIPE DE REGULARIZACAO FUNDIARIA DE POS TITULACAO ,A FL. 24, DEFIRO COM FUNDAMENTO NO ART. 19 CAPUT, DO DECRETO N. 49.498, DE 16 DE MAIO DE 2008, E NO ART. 7 DO DECRETO N. 54.213, DE 14 DE AGOSTO DE 2013, A TRANSFERENCIA DO TERMO ADMINISTRATIVO DE CONCESSAO DE DIREITO REAL USO PARA FINS DE MORADIA EM FAVOR DE AGENOR JOSE DA SILVA DO IMOVEL SITO A RUA FLOR DE LOTUS, N 135 LOTE N 801110010056/1 DA AREA DENOMINADA GUAPIRA I, OUTORGADO INICIALMENTE A ALZIRA GASPAR SANTANA DA SILVA.

2014-0.254.137-2 DAIANA LEITE DOS SANTOS
DEFERIDO
A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES DESTES PROCESSO, EM ESPECIAL DA MANIFESTACAO DA EQUIPE DE REGULARIZACAO FUNDIARIA DE POS TITULACAO ,A FL. 39, DEFIRO COM FUNDAMENTO NO ART. 19 CAPUT, DO DECRETO N. 49.498, DE 16 DE MAIO DE 2008, E NO ART. 7 DO DECRETO N. 54.213, DE 14 DE AGOSTO DE 2013, A TRANSFERENCIA DO TERMO ADMINISTRATIVO DE CONCESSAO DE DIREITO REAL USO PARA FINS DE MORADIA EM FAVOR DE DAIANA LEITE DOS SANTOS DO IMOVEL SITO A VIELA SAO PAULO, N 09 LOTE N 010604024/001 DA AREA DENOMINADA RINCA DE JULHO, OUTORGADO INICIALMENTE A DONIZETI CIRINO DOS SANTOS.

DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIAL
ENDEREÇO: RUA SAO BENTO, 405
PROCESSOS DA UNIDADE SEHAB/DEAS-1
2015-0.187.598-8 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO
DOCUMENTAL
ARQUIVE-SE.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 6º GESTÃO
Data da Reunião: **29 de junho de 2017**
Local: Rua Libero Badaró, 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano 2017, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Libero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6º Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) **Conselheiros (as) do Poder Público: Gilmar**

Souza Santos (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Dutra Nascimento (Conselheira Poder Público/SEHAB); Ricardo Rodrigues (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marlene F. da Silva Miamoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urb. e Licenciamento); Luiz Antônio Carvalho Pacheco (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Mariana Supupira Gomes (Conselheira Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Rosa Maria Miralido (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Sebastião Marques Barbosa Júnior (Cons. Poder Público/Sec. Municipal da Fazenda); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Luis Octavio da Silva (Conselheiro Poder Público/PROCENTRO); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP) e Fernando Areavillilo Llata (Cons. Poder Público/CDHU).
Conselheiros (as) dos Movimentos Populares: Mariza Dutra Alves (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia L. do Nascimento (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de Julho); Mônica Fátima Ziliani (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto da Zona Oeste); José de Jesus F. Da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto Zona Oeste); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia Região Sudeste); Ana Paula da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Edinalva S. Franco (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Manoel dos S. Almeida (Cons. Mov. Populares/Mov. Def. do Favelado Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); João B. da Costa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Def. e Orientação Cons. Contribuinte de SP); Marisete Aparecida de Souza (Cons. Mov. Populares/Fórum dos Mutirãoes de SP); Verônica Kroll (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Rosalvo Salgueiro (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Ana Maria Carneiro Procópio (Cons. Movimentos Populares/MAC) e Antônio Santiago Quintana (Cons. Movimentos Populares/MAC).
Conselheiros (as) da Sociedade Civil: Eliete Calisto da Cruz (Cons. Soc. Civil/APOIO); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Soc. Civil/APOIO); Paulo Emilio Buarque Ferreira (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Carina Mue Saito (Cons. Soc. Civil/ CTB-SP); Cristina Boggi da Silva (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/FAU-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Rafael Borges Pereira (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Fabiana Alves Rodrigues (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Celeste Maria Gama Melão (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Carolina Rafaella Ferreira (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Cons. Soc. Civil/SASP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Cons. Soc. Civil/SASP) e Ronaldo Cury de Capua (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP).
Ausentes os (as) Conselheiros (as):Fernando Chucre (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Amaral Wagner Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Regina Helena Nader (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urbanismo e Licenciamento); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Alex Sandro Peixe Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Mariana Brito (Conselheira Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Vladimir Ávila (Conselheiro Poder Público/SP Urbanismo); Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/SF); Cristiane Genofre Zabatiere (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Trab. e Empr.); Carlos M. Kiyomoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Trab. e Empreendedorismo); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheira Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Cons. Poder Público/CEF); Fernando Augusto Marques Cera (Conselheiro Poder Público/CEF); Everaldo Manoel de Aguiar (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trab. Sem Terra Leste 1); Simone de Sousa Dias (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de julho); Geni da Fonseca Monteiro (Cons. Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Maria dos Santos Almeida (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Adriana de Freitas Siqueira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Péricles de O. Santos (Cons. Mov. Pop./Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Nestor Quintos de Oliveira (Cons. Mov. Populares/Assoc. de Mor. Parque Otero); Uranide Sacramento Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradia do Parque Otero); Jenilda Silva Araújo (Cons. Mov. Pop./Mov. Def. Favelado Reg. Episcopal Belém); Adriana da S. Oliveira (Cons. Mov. Pop./Assoc. de Def. e Orient. aos Cons. Cont. de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Cons. Mov. Pop./Fórum dos Mutirãoes de SP); Rogevaldo R. Cesário (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Vicente Leme Filho (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Soc. Civil/APEMEC); Laisa Eleonora Marostica Stohrer (Cons. Soc. Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Reinaldo Martines Ruy (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Luciana de Oliveira Royer (Cons. Soc. Civil/FAU-SP); Adelcke Rossetto Netto (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Thabata Kaoru Yamauchi (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Márcio Jênia Chêde (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Maristela Alves Lima Honda (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Isadora Guerreiro (Cons. Soc. Civil/USINA) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Cons. Soc. Civil/USINA).
Justificaram as ausências: Silvana de Jesus Alves (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves Lourenço (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Alfredo Vieira da Cunha (Cons. Soc. Civil/CREA-SP); Paula Fernanda Faria Rodrigues (Conselheira Soc. Civil/CUT-SP).
Presentes os (as) convidados (as): Ana Maria Maluf Moussalli (CMH/SEHAB); Reinaldo Iapequino (SEHAB/COHAB); Márcia Terlizzi (SEHAB) e Talita Veiga Cavallari (SEHAB).
Outras vinte e seis pessoas assinaram a lista de presença.
Pauta da Reunião: 1) Aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação-6º Gestão - realizada em 27/4/2017; 2) Conflitos fundiários: apresentação pela SEHAB da nova estrutura organizacional e o estágio do desenvolvimento dos trabalhos da equipe que está atuando na prevenção e mediação de conflitos fundiários; 3) Informações sobre o Programa Casa da Família: recursos previstos, execução do Programa e critérios de priorização; 4) Apresentação do Plano de Investimento do FUNDURB - Fundo de Desenvolvimento Urbano – vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, que tem por finalidade apoiar ou realizar investimentos destinados a concretizar os objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos urbanísticos e ambientais integrantes ou decorrentes da Lei nº 16.050, de 2014 (a Lei nº16.050 trata da Política de Desenvolvimento Urbano e do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo); 5) Informações sobre os encaminhamentos do Plano Municipal de Habitação. O Sr. Gilmar dá início aos trabalhos, passa à apreciação do **Item 1** da pauta, que é aprovado por unanimidade, sem alterações. É proposta a inversão de pauta, para que o Item 3 seja apreciado no lugar no Item 2 e aprova-se a inversão de pauta. O Sr. Reinaldo Iapequino faz a apresentação do **Item 3** da pauta. **Sr. Manoel** - Qual é a meta prática que a Secretaria de Habitação e a COHAB têm para ser realizada durante esses quatro anos? **Sr. Reinaldo** - Minha Casa Minha Vida, estamos fazendo convênio com a

Caixa e assinalando 40 mil unidades. Uma coisa é a meta que está estabelecida formalmente e a outra é a ação prática que estamos desenvolvendo. Com a Caixa Econômica Federal, fizemos uma avaliação interna e achamos que é viável encaminarmos propostas que levem a ter contratação de até 40 mil unidades. A meta fala de entregas e não de contratação. Para entregamos, temos que contratar. Então, sempre temos que colocar um objetivo maior de contratação. Só no Minha Casa Minha Vida estamos colocando 40 mil unidades, fora o que vier das PPPs e da ação porque SEHAB e COHAB têm empreendimentos, têm coisas que estão em curso. Não sei precisar isso, mas há pelo menos umas 14 mil unidades. Há muita obra contratada, mas não tem recurso para continuar e está sendo acertado também por outras instâncias dentro da secretária. Uma coisa é a meta de entrega que está estabelecida para o governo, dentro de todo conjunto, dentro do Programa de Metas do governo como um todo, de entrega de unidades prontas. **Sra. Verônica** - Qual é o orçamento da habitação? Porque foi apresentado para nós aqui e daí ficou de se reapresentar isso e não temos isso claro. Para construir esse número de habitações, teríamos que saber o que se aprovou do dinheiro do município para habitação, se isso é só parceria, se isso está contando com dinheiro do Minha Casa Minha Vida, porque hoje a reunião na Caixa para nós, entidades, foi uma frustração. **Sr. Reinaldo** - Temos, de todas as fontes previstas, R\$525 milhões para habitação no ano de 2017. O Plurianual, não sei. Mas o último número que eu vi, em termos de Plurianual, do quadriênio seguinte, que começa no ano que vem, são cerca de R\$5 bilhões, ou seja, avança, inclusive, um ano depois da gestão do Prefeito Doria. Hoje, 2017, todas as fontes, FUNDURB, FMSAJ, Fundo Municipal de Habitação, Orçamento Municipal, não está aqui o que vem do Estado, isso está fora do nosso orçamento. É a única fonte que não está. Aliás, temos lá uma importância de R\$64 milhões. O orçamento hoje é muito pequeno para aquilo que queremos fazer. É por isso que estamos indo atrás de todas as fontes, tomando empréstimos, para fazer aporte. Se colocamos um valor importante de empréstimo, que o município aceita e coloca no aporte, avançamos muito essa contratação. E estamos muito perto de fazer isso acontecer ainda esse ano, essa operação de crédito. **Sra. Nilida** - Tivemos os diversos projetos que foram apresentados agora dentro do Programa Minha Casa Minha Vida. Só que, pelo que estamos percebendo, o governo não tem dinheiro para fazer FDS, ou, pelo menos, não disponibilizou o dinheiro para isso. Qual é o plano para atender esses projetos porque temos uma carta de anuência, todas as entidades que pegaram projetos aqui em áreas públicas, e acho que o governo tem que ter responsabilidade com isso. A partir do momento em que se passa uma carta de anuência para uma entidade, com um prazo determinado, precisa ter orçamento para fazer esses projetos. E o Minha Casa Minha Vida, agora, Faixa 1, estamos vendo que o governo está acabando com ele. A reunião que fomos hoje, no Ministério, foi só “enrolação”. O Ministério está eliminando e aí o corte de eliminação é dizendo assim: “Olha, você pode até entrar com recurso, mas não há dinheiro”. Então, para que recurso se o governo não disponibilizou recursos no orçamento para as entidades construir? O Edson, Presidente da COHAB, quando assumiu, disse que a COHAB iria fazer moradia, e é isso que esperamos. A COHAB vai fazer os projetos que entregou carta de anuência para as entidades? A COHAB tem um plano para construir essas moradias? A quem vamos recorrer? Ao Ministério Público? **Sr. Reinaldo** - Da nossa parte não há “enrolação” alguma. Estou vendo essa equipe técnica trabalhar todo dia e preocupada com isso. Para fazer toda a mobilização de recursos para fazer o que está aprovado, não dá para fazer sozinho. Não dá para imaginar não ter recursos do Governo Federal e não podemos falar pelo Governo Federal aqui. Acho que este Conselho pode levar sim algumas questões para lá, mas não podemos falar pelo Governo Federal, por que não tem recursos ou por que escolhe de uma forma ou de outra. Esse debate, a senhora pode fazer, e estamos dispostos a ajudar nisso sim. Nós vamos cumprir nossa parte e estamos fazendo todo o esforço. Temos um problema no FDS: só temos 630 unidades licenciadas. Então, é preciso um esforço muito grande para aprovar os projetos. Não adianta eu pedir dinheiro e não tenho o projeto para aprovar. Estamos à disposição para ajudar no que for possível a aumentar a quantidade de projetos. Os outros projetos são todos projetos da COHAB, mais ou menos 27 mil, são todos os projetos sobre as áreas que a COHAB ou a SEHAB desapropriaram. Daquela parte para cima, dos 27 mil, é só terreno. Então, não existe terreno que tenhamos iniciado a desapropriação ou tenhamos decretado que não tenha um trabalho nosso de fazer projeto em cima dele. Agora, eu conclamo as entidades a fazer um esforço maior, superar algumas limitações que há, e temos equipe para ajudar – o Presidente da COHAB Edson Aparecido já colocou toda a equipe à disposição – para superarmos algumas questões de entidades que têm dificuldades de fazer o projeto, de não ter acertado direito com sua parceira projetista. Se tivéssemos aqui dez mil unidades com projetos aprovados de entidades, iamos junto com a senhora para discutir com todo mundo. Agora, não temos com o que discutir. Fizemos cumprir um papel de uma seleção que foi feita, estamos fazendo a luta, mas, só temos 630 para cobrar o Governo Federal. Onde existir dinheiro para habitação, vamos correr atrás. **Sr. Gilmar** - Podemos colocar esse assunto novamente em debate, em outra reunião, porque me parece que não iremos esgotar todas as perguntas hoje. **Sra. Fabiana** - Quería saber se esses empreendimentos, como Lidiane, Ponte dos Remédios, que hoje estão em andamento, seja aguardando AVCB, estão dentro desses números. E a questão dos editais, há alguma coisa já prevista ou não, ou é outro recurso? Hoje, obras em andamento, que estão para concluir, estão dentro desses números ou são coisas novas? **Sr. Reinaldo** - O Lidiane não está nessa lista. Aqui é tudo coisa nova. É com orçamento da secretária. Não é dentro da parceria. **Sra. Fabiana** - Então, há um orçamento para terminar aquelas obras e outro orçamento, outros valores, para essas? **Sr. Reinaldo** - Sim. Há um conjunto de obras que não está aqui. Há muitas obras que estão vinculadas a PAC, que têm alguns empreendimentos que estão aqui, dentro, mas há várias obras contratadas em licitação pela SEHAB que não têm a ver com os empreendimentos listados, até porque Minha Casa Minha Vida entra em programas que têm projetos todos licenciados e têm obras que são daquelas formas antigas de atuação onde, mesmo quando não se tem tudo perfeito ainda, se dá início. E há várias obras. Estou falando aqui daquele projeto inserido na meta como Casa da Família. Estou dizendo aos senhores o que está dentro disso. **Sr. Gilmar** - Na próxima reunião, podemos fazer um demonstrativo de forma apartada para que fique um cenário melhor. Como hoje a pauta era essa, trabalhamos com o Reinaldo, com a Ana Maluf, fizemos um trabalho todo para apresentar esses números todos agora, dessas contratações, enfim, do que vamos trabalhar ao longo da gestão. Mas fica como sugestão mostrarmos o que SEHAB já está fazendo fora isso, seja Sabsesp, Bamburral, Lidiane, enfim, todas as outras obras que estamos tocando, o que está parado, o que retomamos. **Sra. Fabiana** - Sim. É mais para entender, dentro desses R\$525 milhões, dentro desse valor, qual a fatia para cada uma, para entendermos como vai ser. **Sr. Gilmar** - Porque temos que ver a fonte de recurso, se é FMSAJ, FUNDURB, o que vem do governo estadual, o que vem do Governo Federal. Na verdade, já dissemos em algum outro momento sobre a questão orçamentária, mas não impede de trabalharmos com mais detalhes

isso. Fica como sugestão para a pauta da próxima reunião. **Sr. Rosalvo** - No final da gestão anterior, tivemos esse processo de chamamento e habilitaram-se várias entidades, inclusive, algumas passaram escritura para as entidades e ali entendemos que essa desapropriação, colocando o terreno nesse processo, era a contribuição da prefeitura que, às vezes, não atinge o valor de até R\$20 mil por unidade. E aí espera-se que o Governo do Estado, com o Casa Paulista, entre com mais até R\$20 mil, ou quem sabe um pouquinho mais, e o Governo Federal entre com outra parte. Então, isso é um programa que está desenhado por três partes fundamentalmente. Só que existem outros que não são daí, por exemplo, na CDHU, existe o Programa de Gestão Compartilhada, que depois migrou para o Programa do FDS, junto com o Minha Casa Minha Vida, e hoje, por acaso, minha organização tem projetos que vencemos licitação, não sei se podemos chamar de licitação, mas esse chamamento, aqui, na prefeitura, e temos lá da CDHU também. Esperamos no da prefeitura que o Governo do Estado coloque seus R\$20 mil para somar com a parcela que vem do Governo Federal, mais a da prefeitura, e esperamos no do Estado que a Casa da Família coloque lá para também fazer isso. Nessa previsão que se coloca, estão também as gestões compartilhadas da CDHU que juntos, entre gestão compartilhada e o chamamento de São Paulo, foram quase 25 mil unidades para a Caixa Econômica Federal? Nessa avaliação aqui está contemplado aquilo que a prefeitura, que a Casa da Família, deve desembolsar lá, no projeto da Gestão Compartilhada com o Minha Casa Minha Vida? **Sr. Reinaldo** - Está tudo alinhado com o Estado de São Paulo. Onde colocamos o terreno, eles colocam o dinheiro, e onde eles têm o terreno, nós colocamos o dinheiro. Está alinhado e o Secretário Chucre fez a negociação com o Secretário Rodrigo Garcia nesse sentido de estar combinado assim. Aqui, em São Paulo, no Estado e município, estamos em perfeito alinhamento. **Sra. Verônica** - A licitação do terreno da COHAB, a primeira, está atrelada ao Minha Casa Minha Vida 1 e sabemos que ela não existe mais. Recebemos essa carta e fomos à reunião da Caixa, e foi uma frustração. Está muito claro que temos que buscar, enquanto entidades, outros programas e ter a parceria do município e do Estado dos R\$20 mil. Essa é uma discussão que temos que fazer dentro do Conselho. Não dá mais para marcar uma reunião com o secretário, daí o secretário encaminha para o Jurídico, daí o Jurídico responde, e a coisa não vai. Temos que discutir aqui, dentro. E uma outra questão que não vai aparecer aqui é onde que está o pessoal de rua? Inclusive, havia um GT aqui, do Conselho, do qual faço parte, e não houve mais esse GT do pessoal de rua. Onde vai entrar aqui? **Sr. Reinaldo** - Essa questão dos projetos para atender a população de rua, não estou envolvido neles, mas aqui, o programa que entramos é uma adesão que fazemos, o Estado faz adesão a um programa federal. Então, estamos nos referindo aqui que a parceria do Minha Casa Minha Vida entra em todos os regramentos de demanda do FAR, inclusive, o município já definiu aqui em participações anteriores que tive neste Conselho qual o critério de inserção da demanda. Aquilo que está aprovado no âmbito do município vai ser obedecido. Agora, especificamente, sobre as fórmulas e os planos para a população de rua, não me preparei para responder e não estou envolvido. **Sr. Gilmar** - Essa política habitacional ou a política de atendimento para as pessoas em situação de rua está mais voltada para a SMADS. SEHAB tem trabalhado com a equipe de obras, em termos de estrutura, em termos de projetos. Estamos cedendo nossos arquitetos para que desenvolvam alguns projetos para os CTAs, Centros de Acolhida, para essas pessoas em situação de rua. Temos discutido intensamente isso com o Secretário Filipe Sabará. Posso até chamar o Secretário Filipe Sabará aqui para explicar a maneira como SMADS está fazendo esse atendimento das pessoas em situação de rua. Sugiro que essas pautas sejam enviadas para respeitarmos todo o procedimento, para que seja discutido, porque o Conselho tem essa atribuição. Estamos em um Conselho que tem força, que tem realmente as atribuições para mudar a política da Cidade de São Paulo. Precisamos nos dar as mãos, unir esforços para haver algumas mudanças. Sei que algumas críticas acontecem e é natural isso e aceitamos as críticas, mas para uma mudança. Vamos divergir para convergir. Irei fazer um esforço para o Secretário Filipe, na próxima reunião, vir aqui e para discutirmos sobre as pessoas em situação de rua. **Sra. Verônica** - O que o pessoal em situação de rua está pedindo é a retomada do GT dentro do Conselho para continuar a discussão. E a outra questão é a das licitações dos terrenos da COHAB, que estão amarrados do Minha Casa Minha Vida 1, que temos que discutir dentro do Conselho para desatar esse nó. **Sr. Gilmar** - Como proposta vamos colocar para a próxima reunião a colocação da Verônica. **Item 2.** A Sra. Márcia Terlizzi faz a apresentação do Item 2 da pauta. **Sr. Rosalvo** - Vi o mapa da apresentação e em minha região, que é o extremo leste, parece que lá não há conflitos. Isso não espelha a realidade. Em São Miguel Paulista, temos uma área que estava negociando com a CDHU, já tinha decreto, declaração de interesse social para desapropriação, para construção, e a área foi invadida. Uma outra área é na Av. Bento Guelfi, perto da terceira divisão, onde houve uma primeira ocupação, o pessoal está lá há um ano e meio, dois anos. E agora o entorno todo está sendo ocupado e realmente precisa cuidar. Existem programas de habitação no município e essa atuação da comissão de resolução de conflitos não pode ser o caminho do passa na frente. Temos aqui todo um trabalho que estamos organizando e aí depois uma associação que por ventura não tenha sido habilitada no processo ou que nem queira se submeter a tais regras vai por fora, ocupa lá uma área e aí entra a comissão de resolução de conflitos e traz o pessoal para dentro do programa na frente dos outros. Este Conselho não pode permitir que esse seja um mecanismo, porque não há programa habitacional que resista se esse método for estabelecido. A segunda coisa é que tenhamos condições de oferecer, de colocar na pauta da comissão esses conflitos que conhecemos. E isso, quero trazer aos senhores e faço questão de, quem sabe, acompanhar. **Sra. Márcia** - Não temos uma prioridade para esse ou aquele, com relação à demanda. Nesse caso, a ocupação já era de vinte anos. Então, existia ali um direito adquirido. Essa é uma coisa. Como tinha oposição, então, não tinha o direito a usucapião garantido. Então, essa é uma das questões. Outra é que estamos até recentemente em uma área que foi ocupada do Minha Casa Minha Vida – Entidades, da UMM, Leste 1, na Penha. Estamos atuando na retirada imediata das famílias, sem atendimento algum, mesmo porque temos a prioridade estabelecida pela política habitacional. Então, não passamos ninguém na frente. E também outra questão que trabalhamos é que nem todos os casos conseguimos receber. Então, sabemos que esses 65 são uma pontinha do iceberg. Estamos trabalhando por demanda daquilo que chega. É uma comissão que tem cinco meses, está sendo agora instituída. Com o CEJUSC, acredito que esse número vai triplicar, quadruplicar, enfim. E aí vamos conseguir ter um quadro geral com bastante qualidade de boa parte das reintegrações. Então, o Rosalvo tem toda razão. Isso não representa as áreas de conflito fundiário na cidade. Estamos abertos para receber os casos, como agradecemos que nos encaminhem. A ocupação não é a garantia de atendimento. O nosso objetivo não é o atendimento habitacional. Nosso objetivo é pacificar, mediar, para não haver violência. **Sra. Carmen** - Na constituição desse grupo de mediações, tenho medo do oportunismo. Temos um trabalho muito grande e uma dúvida: esse grupo só vai atuar quando

ele identifica o problema ou, por exemplo, os movimentos organizados que atuam com ocupações, que já têm uma referência, que já têm famílias, que têm todo um trabalho, vão aparecer aí também? Ou esse grupo é somente quando se identifica o conflito? Porque, se fomos dentro dessa proposta, a cidade inteira está tomada e está invadida, como fala o Rosalvo, e também está ocupada. Mas nós, que andamos a cidade como um todo, quem somos de movimento social, nos surpreendemos também com a necessidade. Tenho uma preocupação de que esse grupo deixe bastantes regras claras porque pode ser também a ocasião de se fazer o oportunismo. **Sra. Márcia** – A Carmen tem toda razão. O objetivo, inclusive, do cadastro, primeiro é esse também, porque o cadastro tenta levantar o histórico da área, da ocupação, se há organização ou não, porque esse oportunismo é cada vez mais presente em boa parte das ocupações. Estão sendo ocupadas hoje, mais recentemente, nos últimos meses, áreas, como o caso do Celeste, que é um empreendimento antigo, um ícone, um mutirão, e está sendo totalmente ocupado, mas ocupado não necessariamente por famílias. É muito ligado ao tráfico, à violência. Então, é outro tipo de ocupação que estamos vivendo hoje. E, para esse tipo, não há mediação que seja possível, que deva ser feita. Temos uma questão de histórico da moradia que temos que considerar sempre. E ele é a base de tudo. Então, separar o joio do trigo é nosso trabalho porque temos um senso comum de criminalização das ocupações, e sabemos o que é ocupação e o que é invasão. Temos que ter esse discernimento. Por isso que esse mesmo grupo também tem essa função de atender os movimentos, entidades e tudo mais. **Sra. Celeste** - Se é um grupo de mediação como for, como deve ser, então, é um grupo que realmente vai favorecer um diálogo não formalizado para que as partes estejam em pé de igualdade. A função do mediador não é ficar só intermediando as partes ou os que estão ali, no conflito. Inclusive, precisaria trazer todas as deliberações e experiências da ONU porque o conflito fundiário urbano é um conflito de nível global, não é local, como todos sabemos, e trazer esse nível global para um grupo dessa monta. Esse grupo pode ter se iniciado de uma forma bastante, vamos dizer, ainda, experimental em termos de modelo. Mas, do ponto de vista legal e do ponto de vista de toda a metodologia de enfrentamento de conflitos mundiais, que já está em andamento, ele já nasceu com uma força muito grande. E achamos que esse mesmo vai auxiliar no diálogo e vai sim, em certos momentos, sugerir soluções. Então, é muito importante esse grupo. Preocupa-nos primeiro que os mediadores sejam capacitados. Talvez trazer aportes de referência que não estamos acostumados ainda, porque a mediação, ao mesmo tempo que ela é muito discutida, ela ainda é pouco aplicada. E no Brasil o que está acontecendo – e nós sabemos, há várias pesquisas já demonstrando – é que os centros de mediação ainda não sabem exatamente o que é a mediação e como ela deveria ser. Estão sendo aplicados ainda com uma visão bastante estreita e de bastante, digamos assim, reprodução desses processos de exclusão que já temos. E não é o que a mediação pretende. Ao contrário: a mediação prevê sim empoderamento de ambas as partes e o mediador tem o papel de equilibrar as relações. Para equilibrar as relações, ele precisa reconhecer o conflito. Ele sabe que, se há um conflito, alguém está podendo mais e alguém está podendo menos. Então, o grupo tem essa autonomia, essa independência, está construindo esse caminho que seria o ideal. Além dessa nossa preocupação com a autonomia e a independência do grupo, mais especialmente dos mediadores, também solicitar a hipótese de que possamos, enquanto membros do Conselho, auxiliar, contribuir nas discussões e na montagem do grupo, para que possamos ter um pouco mais de participação. **Sra. Márcia** - A capacitação que falamos que vamos ter é do CNJ para poder atuar no CEJUSC. Eu já fiz curso de mediação. Temos essa capacitação. Sabemos que não arbitramos, e sim mediamos. Nossa função é de maior isenção possível. Nossa capacidade técnica, por trabalhar na área de habitação, auxilia muito nessa mediação, porque entendemos o conflito do ponto de vista técnico, o que está envolvido ali e o que é possível dentro das soluções que são trazidas pelas próprias partes como viável ou não, do ponto de vista técnico. Então, temos a capacitação para mediar e temos um plus, que é a capacitação para entender o conflito, o que está por trás do conflito. O mediador que não entende da política habitacional, o que é ocupação, o que é a luta pela moradia, possivelmente, não vai ter a capacidade de mediar com a mesma qualidade que teríamos. E também admitindo que o Poder Público é por si só um mediador e tem fé pública, essa isenção também é importante. Com relação à participação, estamos pedindo por favor. Precisamos mesmo das pessoas aqui presentes que tiverem essa prática de compor um grupo de trabalho para nos aprimorarmos mais ainda, tecnicamente, no conflito e na questão fundiária do conflito. **Sra. Nilda** - Essa proposta, Márcia, de mediação de conflito surgiu aqui, no Conselho. Até me admira não haver conselheiro nessa comissão. **Sra. Márcia** - É porque ela é do Poder Público. **Sra. Nilda** - Mesmo assim. Temos aqui dentro todos os segmentos e o Conselho está em todos. É indispensável a participação dos conselheiros nessas comissões. Gostaríamos de saber quem são os outros membros da comissão. **Sra. Márcia** - A equipe técnica hoje é composta de dois advogados, uma socióloga e um arquiteto. O Tamino e a Mariana são advogados. A Deborah é socióloga e o Ulisses é arquiteto. Essa é a equipe técnica que dá a base de sustentação para todos os estudos. Mas a mediação em si é feita cotidianamente até pelos técnicos da prefeitura e essas pessoas é quem também vamos capacitar. Porque aí a atuação é direta no conflito. Esse é o grupo técnico que dá sustentação e base. Porém, o trabalho mesmo de mediação já é feito. E vamos aprimorar esse trabalho. **Sra. Nilda** - Realmente já há profissionais qualificados, mas acho que a participação do conselheiro, com certeza, vai reforçar a comissão. E justamente para não ocorrer o que ocorreu na Cracolândia. Recentemente, estamos vendo uma violência muito grande na cidade, que é claro que o Conselho não tem poder para acabar com isso. Mas essa participação de estar lá, de fazer o atendimento das famílias, é necessária porque, senão, vamos ficar assistindo a essas reintegrações de posse. Acho que não podemos mais assistir a esse tipo de reintegração de posse, de querer revitalizar a área, de querer limpar a cidade, de querer expulsar o pobre do centro. Essa revitalização não combina com uma cidade acolhedora como São Paulo. **Sra. Márcia** – A comissão tem cinco meses, mas acho que a tendência é essa. E até queria colocar aqui, Secretário Gilmar, que a comissão está à disposição para criar o fórum que seja necessário aqui, no Conselho. Ou reuniões temáticas. Ou um GT. O que for necessário, estamos à disposição. **Sra. Mariza** - Tivemos, recentemente, em nossa área, uma área que compramos no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, na Penha, no Curemã, um ataque. Uma coisa é o que o movimento faz, quando vemos uma área desocupada e a ocupamos, para que se use a função social da propriedade. Outra coisa é que estamos vendo que a cidade está crescendo desordenadamente e com isso estão vindo traficantes à área, que estão usando as famílias, enganando as famílias, para ocuparem as áreas das entidades. Ou onde aconteceram vários mutirões que, se tinha um projeto ali para ser feito e, infeliz-

mente, está sendo ocupado por esse crime. E aí esse grupo foi lá, justamente, para ter um diálogo com as famílias que ocupam nosso terreno. É muito triste vermos essa situação e, quando chega a um momento muito pior, quando chega a um momento que tem que envolver a polícia, tem que ter reintegração de posse, que, às vezes, é violenta, para nós, que somos de movimento, é muito triste. O que nós podemos fazer para mudar isso? Se houvesse ali um ponto de pauta principal, recursos, vontade política, menos burocracia, agilidade nas partes burocráticas, talvez, impediríamos toda essa problemática que acontece em nossa cidade; não só nas macros, mas em todo lugar está acontecendo isso. Temos que estar juntos com a prefeitura, com esse grupo de conflitos fundiários. Temos que ter momentos de diálogo, mas momentos também de apresentar propostas, porque, senão, as coisas não avançam e aí, cada dia mais, a cidade vai crescer e cada dia mais vamos ter esses conflitos. **Sra. Márcia** - Quando nos deparamos com um confronto como esse, que é movimento de moradia, que tem lá seu histórico, que conseguiu a área, versus uma ocupação recente, que sabemos que foi motivada pelo tráfico e que essas famílias que foram colocadas lá já têm onde morar e estavam lá justamente a mando do tráfico, temos que entender, ouvir essas partes e conseguir lidar com isso da melhor forma possível. Porém, esse fenômeno novo, que é o tráfico ocupando as áreas, vamos também ter que sentar para conversar como vamos lidar com isso. **Sr. Gilmar** - Esse é um tema realmente novo, por mais que seja uma portaria de 2016, mas é um instituto novo. É importante a PUC nos ajudar, os senhores nos ajudarem, todos aqui. Nesse momento, temos que contribuir com nosso conhecimento. O governo não quer nenhum tipo de conflito, não quer que ninguém saia machucado, quando há reintegração. Por isso que o Secretário Fernando Chucre, com essa preocupação, com a Márcia e com a equipe, deu um combustível para essa comissão. Estamos aqui, em SEHAB, com essa preocupação de fazer uma gestão muito transparente, muito perto das pessoas, abrindo esse diálogo. Para que isso dê certo precisamos da contribuição dos senhores, com conhecimento, seja com a participação, seja lá, na ponta, nesses conflitos, enfim. **Sr. Caio** - O universo em que a comissão está trabalhando é quando procuram a prefeitura, quando chega a informação? Quando há a ação de reintegração de posse ou quando existe o conflito instaurado? É isso que dá o gatilho para poder fazer os levantamentos? **Sra. Márcia** - Nós participamos do GAORR, que é onde chega boa parte dos casos também. Mas um dos problemas que foi detectado, até que levou a constituição da comissão, é que, quando chegam na prefeitura essas casos de reintegração, eles se espalham por toda sua estrutura burocrática. E quando vemos ninguém está cuidando. Então, alguns casos, quando chegam, ou se perdem pela burocracia, ou nem chegam. Então, a ideia é ir trazendo e concentrando todos os casos, para mapear e trazer para frente, para ver o quanto podemos atuar. Então, esses 65 casos, temos mais uns 10, 15, que estamos lá e nem ainda nos debruçamos. E chegamos dois, três por dia. Então, temos recebido essa demanda. Nesse fórum do Conselho, queremos receber e sistematizar esse atendimento, porque nem todo mundo conhece a existência dessa comissão. Hoje não temos noção ainda de todos os casos. Só estamos trabalhando com o que chega. Mas o principal, que é o primeiro passo, é que o que já chegou, pelo menos, concentrar. **Sr. Caio** - Ainda que seja um universo pequeno, são poucas ocupações que os senhores levantaram, a situação das famílias e tal, mas são dados muito impressionantes, porque já ouvi aqui, na secretaria, algumas gestões atrás, gestores públicos dizendo que não havia pobre em São Paulo, que não há pobre porque alguém ganha salários mínimos e tal, e é impressionante porque achamos os pobres. Eles estão ali. Embora haja de fato ações de tráfico, há muitas famílias realmente muito vulneráveis e os dados são muito impressionantes. E acende um pouco uma luz para retomarmos questões que estavam no PMH, de como lidar com o atendimento. Não só com a mediação porque o atendimento não é casa nova. São famílias que não chegam nem às redes dos movimentos que estão produzindo o Minha Casa Minha Vida – Entidades, que estão tentando viabilizar os empreendimentos. Então, é bom que isso esteja dentro da Secretaria de Habitação, que a Secretaria de Habitação tome a frente disso, mas, ao mesmo tempo, pensar quais as questões habitacionais envolvidas a partir dessa mediação. **Sra. Márcia** - Nossa ambição agora é ter uma massa de dados suficiente para termos um bom perfil, um bom dossiê de quem são essas famílias. E para separar aquilo que realmente são famílias que estão ocupando, porque realmente não têm condições, as ocupações organizadas, que são componentes de luta, daqueles que são do tráfico, oportunistas. A ideia é, além da mediação, criar esse banco de dados. Porque é um assunto que nunca foi incorporado e trazido para o Poder Público. E nunca foi base de discussão. Então, pelo menos, temos que criar uma base para discussão. **Sra. Verônica** - Quero que conste na ata que nós, como conselheiros, temos direito de falar. **Sr. Gilmar** - Claro que têm. Mas quem está cerceando o direito da senhora, Dona Verônica? **Sra. Verônica** - O senhor disse que não podia falar. **Sr. Gilmar** - Não foi isso que eu disse. Eu disse que os inscritos já tinham aqui vindo, que já tinha encerrado. Não cerceei o direito da senhora. Tanto é que no item anterior a senhora fez por duas vezes uso da palavra, de forma natural. A senhora pode falar quantas vezes quiser. A questão é que temos outros dois temas e precisamos avançar. **Sra. Verônica** - O senhor dá o tempo que quer para outros conselheiros. E nós, do Movimento Social, ficamos sem. Vai nos reprimir também? **Sra. Nilda** - É verdade, Gilmar. **Sr. Gilmar** - Dona Verônica, não é verdade. **Sra. Nilda** - Toda vez que um conselheiro vai falar, o senhor dá tempo. O senhor não dá tempo para conselheiro aqui. **Sr. Gilmar** - Não é verdade. As pessoas estão aqui e estão de prova se eu dou tempo ou não para as pessoas. Todo mundo fala de forma muito democrática aqui. **Sra. Antonia** - Essa portaria veio a fortalecer essa questão dos conflitos fundiários, que é gritante na cidade. A Carmen falou sobre os aproveitadores. Sabemos que podem existir, mas, como a Márcia apresentou, percebemos que essa equipe seleciona, sabe com quem ela está lidando, quais são as pessoas que estão ocupando, e a vulnerabilidade que elas encontram nas ocupações que elas visitam. Entendo a fala do Rosalvo também quando fala de atender essas pessoas e aí fala-se dessa lista. Na verdade, quem está ocupado já está nessas listas, há 10, há 20, há 15 anos. As pessoas não ocupam porque querem. Ocupar não é qualidade de vida digna para as pessoas. É porque o déficit habitacional dessa cidade promove também esse processo de ocupação. As pessoas não têm como pagar aluguel e aí se prestam a essa situação. Devo dizer que estamos em negociação desde o início do ano, desde o início dessa gestão. E em todo momento somos recebidos para tentar amenizar e não conflitar essas famílias com a polícia. São tentativas que na maioria das vezes dão certo. Estamos presentes, estamos acompanhando, os conselheiros estão acompanhando o tempo todo. Espero que isso funcione de fato e que não fique só no papel ou só em uma fala e que realmente consigamos atender essas famílias, e não só naquele atendimento provisório. Mesmo que a longo prazo, mas que se garanta realmente a moradia definitiva para essas famílias. E sabemos que é a longo prazo. Não temos unidades habitacionais para atender tanta gente, mas a força de vontade, a vontade política, a vontade dentro da lei, e a garantia de direitos pode promover isso. E acreditamos que essa gestão vai trabalhar isso, evitando que cresça ainda mais o número de moradores de rua. **Sra. Márcia**

- Acho que temos um longo caminho a perseguir e acreditamos não só na mediação, mas também em nossa função da assessoria, que é compactuar e tentar mais do que possível trazer o movimento para dentro da secretaria, e também estamos de portas abertas. Reitero a importância do Conselho para a comissão. Precisamos nos fortalecer enquanto comissão, precisamos nos fortalecer como política, como atuação, porque a auto composição e a mediação são o futuro. Temos que investir nesse instrumento. E esse instrumento, uma vez institucionalizado, tem a força, inclusive, com o apoio de um Conselho tão importante quanto esse. Reitero a necessidade de recebê-los para discutir a formação e o fortalecimento dessa comissão. **Sr. Gilmar** - Vamos fortalecer essa comissão junto ao Conselho. Temos isso no nosso radar, tanto eu, quanto o Secretário Fernando Chucre, como o Presidente da COHAB Edson Aparecido. Recebemos diariamente vários movimentos aqui. Muitas demandas irão nascer no Conselho e precisamos que os senhores estejam cada vez mais perto. Tudo que temos feito aqui com nossos técnicos é para diminuirmos a desigualdade. E desigualdade diminui com oportunidades. Precisamos que isso ocorra e esse Conselho tem essa atribuição e essa competência e vamos avançar nisso. **Item 4.** A Sra. Talita Veiga Cavallari e o Sr. José Toledo Marques Neto fazem a apresentação do Item 4 da pauta e, em não havendo questionamento entre os presentes, passa-se ao **Item 5** da pauta. A Sra. Cristiane Dutra Nascimento faz a apresentação do Item 5 da pauta. **Sr. Gilmar** - O PMH está sob responsabilidade da CCJ, para ver a sua constitucionalidade, desde o dia 16 de fevereiro de 2017. Mas ele foi entregue na câmara municipal no dia 20 de dezembro de 2016. Então, encaminhou-se e está na CCJ. Aí vai para outras comissões temáticas, como a de Política Urbana. Temos 76 projetos de lei referentes ao tema habitação na Câmara Municipal de São Paulo. Temos o histórico de quantos projetos já avançaram em primeira votação, o que já foi encerrado, o que não está em pauta mais, e existem ainda tramitando 37 projetos. Então, temos hoje 37 projetos tramitando na câmara, em primeira votação, indo para a segunda, temos projetos do Executivo, do Prefeito Fernando Haddad, que o PMH é um deles. Começamos agora a fazer uma aproximação muito grande com as audiências na câmara municipal, com o Presidente da Câmara Milton Leite, e estamos viabilizando a tramitação desses projetos que são importantes para a habitação na cidade. Os senhores sabem que a câmara é um pouco complicada em alguns temas, por causa da desestigmatização, então, algumas matérias estão em pauta, mas não avançaram porque o governo colocou algumas urgências. De fato precisa legislar. A câmara entra em recesso amanhã, na sexta-feira. E só volta no dia 1º ou dia 2 de agosto. Nesse tempo, já marcamos algumas reuniões, já iniciamos e vamos continuar um diálogo com a câmara para que viabilize a tramitação dos projetos, porque muitos projetos, os senhores sabem que são por força de lei. O Legislativo tem essa competência, para depois o Prefeito João Doria sancionar e tramitarmos isso. E o PMH está na nossa Ordem do Dia, na nossa pauta, porque é importante até porque foi muito bem discutido. Acredito que a maioria aqui participou intensamente das discussões nas audiências públicas e o PMH foi muito bem elaborado. Mas agora precisamos da câmara municipal para poder caminhar. Então, sai da esfera do Executivo e entra na esfera do Legislativo para que tramite. **Sr. Paulo** - Foram colocados aqui 76 projetos referentes à habitação e que esse plano é um plano que nasce na gestão anterior. Esse Conselho entende, em minha visão e na visão de alguns colegas, que esse é um plano gestado também dentro do Conselho de Habitação, uma vez que uma série de grupos de trabalho foram formados aqui dentro e uma série de conselheiros participaram da elaboração diretamente do Plano Municipal de Habitação. Então, queria colocar que para alguns conselheiros, que para meu grupo, pelo menos, essa é uma pauta do Conselho. Então, que o Conselho priorizasse isso, inclusive, convidando o relator do projeto para participar das reuniões do Conselho e colocando aqui o calendário de atividades futuras, a partir da volta do recesso, para que os conselheiros possam participar das audiências públicas. **Sr. Gilmar** - O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça é o Vereador Mário Covas. Vou abrir um canal de diálogo com ele, montar aqui uma comissão para que discutamos esse tema com ele. Vamos colocar as datas das audiências públicas, para que os senhores participem. E na audiência pública é fundamental a participação dos senhores para que se sustente o que nasceu aqui. Também somos parte disso. Então, esse é nosso compromisso, é o compromisso de SEHAB. E nós, mais do que ninguém, queremos que esse plano avance. Gostaria de agradecer a presença dos senhores e das senhoras e dizer que a nossa agenda está aberta, que nosso trabalho está sendo incansável. Estamos visitando e podem acompanhar nosso trabalho pelo site da secretaria. E vamos colocar aonde estamos indo, as obras que estamos visitando. Quando visitarmos as obras, os senhores são convidados porque as obras são para os senhores. Acho que é importante a Sociedade Civil estar muito presente no que estamos fazendo. **Sra. Nilda** - Não é a primeira vez que estamos trazendo essa questão aqui de mudar o espaço da reunião do Conselho. Ela aconteceu no 10º andar. Esta sala aqui não comporta, ela é muito pequena. **Sr. Gilmar** - Estamos com problema de espaço no Martinelli. Essa gestão começou as reuniões aqui porque na verdade eram no 10º e dizem que era muito melhor a disposição. Mas vou pleitear isso. (Encerra-se a reunião)

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº 6210.2017/0002313-4

DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE

I – A vista dos elementos constantes nestes autos, **APLICO** nos termos da competência delegada pela Portaria nº 21/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 07 de fevereiro de 2017, à empresa DIMACI/SP MATERIAL CIRURGICO LTDA, CNPJ nº 05.847.630/000110, detentora da **Ata de Registro de Preços nº 082/2017 – SMS.G**, em razão do atraso na entrega do produto, substanciando pela Nota de Empenho nº 1445/2017, a penalidade de multa correspondente a 5% sobre o valor de R\$ 1.953,00 (um mil novecentos e cinquenta e três reais), Nota Fiscal nº 85840, com fundamento no artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

II – Prazo Recursal de 05 (cinco) dias úteis.

III – Publique-se.

ATA Nº 217 – EXTRAORDINÁRIA – 20/06/2017

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às dez horas e cinco minutos, sob a coordenação do conselheiro Orosival de Paula Souza membro Titular do Segmento da Administração, realizou-se na Rua Castro Alves, número sessenta e três, sétimo andar do prédio administrativo do Hospital do Servidor Público Municipal, a ducentésima décima sétima reunião extraordinária do Conselho Gestor do HSPM. Compareceram os seguintes membros: Do Segmento Administração, VINICIO FALLEIROS e ORIOSVAL DE PAULA SOUZA, Suplente. Do Segmento Funcionários, ROSA DE OLIVEIRA SILVA e WILSON VANDER FERREIRA SOUZA, Titulares e ANTONIO AUGUSTO DA FONSECA e JOSIE CLEIA SANTOS MIRANDA, Suplentes. Do Segmento Usuários: JOÃO LUIZ MARTINS, MÁRCIA APARECIDA DE OLIVEI-

RA, ANTONIO CARLOS LIMA e DJALMA MARIA PRADO, Titulares, NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS, ADELSON CAVALCANTI DE QUEIROZ, ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS, MARIO ROBERTO CREVATIN e ANA ROSA GARCIA DA COSTA Suplentes. Justificaram suas ausências. Do Segmento da Administração: ANTONIO CÉLIO CAMARGO MORENO, FLÁVIA IVANA PALLINGER Do Segmento dos Funcionários: DONIZETE GONÇALVES NASCIMENTO, Titular. Do Segmento dos Usuários: ROSANA CAPPUTI BORGES, FLOREAL MARIM BOTTIAS JUNIOR, Titulares e, FRANCISCO JOSÉ CARNEIRO DE FREITAS e SANDRO BENTO DE CARVALHO, Suplentes. O coordenador inicia os trabalhos estimulando teto de 10h35 ate às 12h30, com aprovação dos presentes e informa que a ata 211, falta ser aprovada e solicita que seja lido o trecho em que foi incluída a fala da conselheira Rosana. Com leitura feita pelo conselheiro Antonio Augusto, ata 211 é aprovada e sugestão que a Comissão Executiva elabore texto juntamente com os questionamentos da conselheira, sejam enviados ao Conselho Municipal de Saúde, com concordância dos membros em acatar a sugestão do coordenador. O coordenador menciona que foi enviado ao Conselho Municipal da Saúde resposta ao Ofício de nº 620/2016, onde o SEDIN solicita a participação no Conselho Gestor do HSPM. Segundo o Regulamento Interno Capitulo II da Estrutura do Conselho: “§ 5º São representantes dos usuários, nos termos do disposto no inciso I do “caput” deste artigo, os cidadãos servidores públicos municipais indicados por suas entidades representativas e os demais cidadãos que se utilizam dos serviços prestados pelo Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM, escolhidos mediante processo definido pelo Conselho Municipal de Saúde do Município de São Paulo”. Retomando a pauta da reunião para o Item 1. Leitura e correção das atas: Ata 212, com leitura feita pela conselheira Márcia, Ata 213 com leitura feita pelo conselheiro Mário e Ata 214 com leitura feita pelo conselheiro Antonio Augusto, após correções ortográficas foi deliberada a aprovação das atas. Item 2. Informes da Comissão Executiva: 2.1. Sugestões de conselheiros para a melhoria da saúde: Conselheira Ana, aumento da destinação de verbas. O pronto socorro não atende as duas demandas com a qualidade mínima. Hospital escola por conta de querer aprender deixa o atendimento ao servidor e valoriza o município. Conselheira Josie, melhoria na informática. Comunicação entre funcionários, servidores e familiares. Divulgação de cursos, concursos públicos e TLP quais critérios para a revisão. Em relação à TLP foi aprovado o encaminhamento para a Comissão de Recursos Humanos. Hospital do servidor para o servidor acompanhar os estudos, com sugestão de encaminhamento a Comissão de Políticas Públicas. Que o hospital volte a ser o centro de excelência e referência. Conselheiro Mário, a necessidade de apresentação do holerite para consultas. É possível no sistema (SIGPEC) visualizar em tela os dados do servidor, a FASP protocolou documento solicitando providências. Ao final o coordenador ressalta que entre os pontos sugeridos, a comunicação entre as diversas áreas do hospital que deve ser pautada. Item 2.2. Memorando nº02/2017-CE/CG/HSPM- Sobre câmeras de segurança, aguardando resposta. Reiterar o pedido. Item 2.3. Ofício nº023/2016-CE/CG/HSPM- Aguardando resposta (mandato dos conselheiros). Item 2.4. Ofício nº016/2016-CE-CG/HSPM- Sobre o ex-funcionário CB, reiterar o pedido. Item 2.6. Ofício SG nº700/2016- SINDSEP, encaminhado a Comissão Intra Inter Conselho do Conselho Municipal de Saúde que solicita ao Pleno do Conselho reunião conjunta para maiores esclarecimentos em relação aos documentos do processo eleitoral 2016-2018/Segmento dos Funcionários. O conselheiro Antonio Carlos pede o documento e verifica que sua solicitação foi respondida em outubro de 2016 e diz contemplado. A resposta a ser encaminhada a Comissão Inter Intra Conselho deve ser elaborada pela Comissão Executiva. Item 2.7. Memorando nº 025/2017/HSPM - Relatório final feito pela Controladoria Geral do Município, referente a atuação do Conselho Gestor. O coordenador ressalta sobre a minuta da Comissão de Políticas Públicas sobre os apontamentos das reuniões do Conselho e questiona se cada conselheiro coloque suas observações no papel. 2.8. Relatório do conselheiro Costa referente ao memorando nº010/2016-CE/CG, referente à lei nº 16.122, enviado a Comissão de Recursos Humanos. A conselheira Márcia, membro da comissão informa que o documento foi redigido por um grupo de advogados com o propósito de vender ações para os funcionários e ressalta que os conselheiros não podem patrocinar esse tipo de ação e falar em nome do Conselho. Item 2.9. Acompanhamento da paciente supostamente agredida, Sra. TAJG. O conselheiro Vinício informa que houve a conclusão da avaliação. O Dr. Moreno solicitou a reabertura, já que não tinha o laudo e com o pedido de ouvir mais pessoas. O servidor está suspenso, o prazo de afastamento é de três meses sendo necessário que o mesmo tenha um acompanhamento psicológico e os funcionários do setor. Durante a fala os conselheiros relataram que nos corredores do hospital, se ouve comentários mal-dosos e a repercussão que atinge a todos que trabalham no HSPM. O Plano continua monitorando o caso. Item 2.10. Ofício nº397/2017-Gabinete da Superintendência encaminha Balanço Financeiro referente ao exercício de 2016. Encontra-se a disposição dos conselheiros na secretaria do Conselho. Item 3. Informes dos conselheiros: A conselheira Norma informa sobre o esquentamento contra a reforma da previdência com manifestações, panfletagem e às 17h na Praça da Sé ato. Greve geral dia 30/06. A conselheira Márcia menciona que na última reunião foi mencionado que o Sr. Claudio Costa Secretário Adjunto da Secretaria de Gestão, membro da mesa de negociação (SINP), tinha o desconhecimento do hospital voltar ao servidor e essa questão da saúde deve ser discutida. O coordenador menciona que o teto da reunião foi atingido e propõe mais dez minutos, com concordância dos presentes. A conselheira Márcia informa da reunião da mesa de negociação (SINP) com pauta: IPREM, com apresentação de dados, reforma e o aumento de contribuição. O conselheiro Antonio Carlos menciona o corte na saúde de 20.8%, esse corte afetará o serviço? Isso é preocupante. O coordenador ressalta que nos Informes das Comissões, conseguimos discutir pontos mencionados. A conselheira Ana Rosa sugere a discussão no corte de gastos, fechamento do Pronto Socorro para o município e o HSPM para o servidor, com reunião com pauta única. Com debates dos membros para a sugestão para o tema “ Como atravessar a crise com falta de dinheiro e a situação caótica do hospital”. Com aprovação dos conselheiros para o tema com pauta única e definir data de reunião. Retomando a pauta para o Item. 5. Ordem do dia: 5.1. Documento elaborado pelos trabalhadores, protocolado pelo SINPSE no Ministério Público, dos setores: SND e a entrada da OS CEJAM. A conselheira Josie solicita que o item seja discutido, já que é de extrema importância e informando em breve será realizado o serviço de reparos no refeitório. O coordenador informa que o conselheiro que deseja que um item da pauta tenha prioridade, pode solicitar a inversão de pauta e com a deliberação do Pleno este item pode ir a debate. Não havendo mais tempo, os itens 5. Ordem do dia e 6. Deliberações, serão retomados em próxima reunião. Esta reunião foi encerrada às 12h50min, esta ata foi redigida por Renata Salateli Ferreira, assistente de gestão de políticas públicas.

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2017-2-158

GERENCIA TECNICA DOS SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

ENDERECO: RUA CASTRO ALVES 60 2 ANDAR
PROCESSOS DA UNIDADE HSPM/PROTOCOLO
2017-0.133.882-0 FRANCISCO DELANO DA SILVA ASSIS DEFERIDO
201701338820